

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.753 - MS (2019/0011237-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : MARCO AQUINO  
**ADVOGADOS** : JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA - MS017288  
ALEX FERNANDES DA SILVA - MS017429  
**AGRAVADO** : BANCO BS2 S.A.  
**ADVOGADO** : JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM E OUTRO(S) - RJ062192  
**INTERES.** : BANCO VOTORANTIM S.A.  
**INTERES.** : ITAU UNIBANCO S.A.  
**INTERES.** : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.  
**INTERES.** : BANCO BMG SA

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015.** AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA E DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DECORRENTES DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO NÃO CONTRATADO. PARTE ANALFABETA. COMPROVAÇÃO DE EXISTÊNCIA DO CONTRATO E DE ENTREGA DOS VALORES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DESCABIMENTO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

MARCO AQUINO (MARCO) promoveu contra BANCO BONSUCESSO sucedido por BS2 S.A. (BANCO) ação de declaração de inexistência de relação jurídica cumulada com repetição de indébito e indenização por morais. Alegou, em síntese, que foi surpreendido com descontos em seu benefício previdenciário efetuados com base em contrato de empréstimo que afirmou jamais ter realizado.

O Juízo monocrático julgou improcedentes os pedidos (e-STJ, fls. 125/128).

MARCO apelou e o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado:

*RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE*

*INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, COM DEVOLUÇÃO E DANOS MORAIS – ALEGADA INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA E RECEBIMENTO DE VALOR EMPRESTADO – REQUERIDA COMPROVOU NÃO APENAS O PACTO CONTRATUAL COMO TAMBÉM O RECEBIMENTO DO VALOR EMPRESTADO – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DEVIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.* (e-STJ, fl. 227).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 259/261).

Inconformado, MARCO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, por violação dos arts. 489, II, e § 1º; IV e VI; 1.022, II; e 373, II, do CPC/2015; 14, § 3º, do CDC; 104, III; 166, IV; do CC/2002; e 78; 80, II; e 81 do CPC/2015. Aduziu, em síntese, que (1) houve negativa de prestação jurisdicional por omissão no acórdão que julgou os embargos de declaração, pugnando pela anulação do *decisum*; (2) é do BANCO o ônus de comprovar o creditamento do valor emprestado na conta do recorrente, o que não ocorreu; e (3) não cabe a condenação por litigância de má-fé por alteração da verdade dos fatos sem a comprovação de dolo; no caso, o recorrente é pessoa indígena, idosa e de pouca instrução; sobre esse tema alegou dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 263/274).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 315/318).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do CPC/2015, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Conheço do agravo e passo à apreciação do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

**(1) Da omissão no julgamento dos embargos de declaração**

Ao alegar nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração, o recorrente não especificou quais seriam os temas que não teriam sido enfrentados pela Corte de origem.

Não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional se o Tribunal *a quo* decidiu a matéria de forma fundamentada, enfrentando os argumentos capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada na sentença recorrida.

No caso, é evidente que o acórdão abordou as questões controvertidas, embora de forma contrária à pretensão do recorrente, razão pela qual não há falar-se em violação do conteúdo dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

**(2) Da comprovação de recebimento do valor do mútuo e da litigância de má-fé**

A Corte de origem assim dirimiu a controvérsia:

*Tenho seja o caso de improvimento recursal.*

*Consta dos autos a alegação do Apelante de inexistência de relação jurídica com a parte requerida, por não ter assinado o contrato de empréstimo. Todavia, ainda afirma que mesmo que o tenha assinado, não teria recebido o valor mencionado naquele. E que por ser pessoa de poucos estudos pode ter sido vítima de golpes.*

***Ocorre que, o Apelado demonstrou a existência da negociação jurídica entre as partes. Acostou o contrato devidamente assinado pelo Apelante.***

***Considerando a existência da relação jurídica, há que se verificar se referido empréstimo foi creditado em benefício do Autor. E a resposta é positiva.***

***Nos autos, há documentação que comprova que referido numerário emprestado foi creditado em favor do Apelante Marco Aquino. O documento de f.115/116 comprova que o Autor recebeu o crédito.***

*A conduta irregular do Apelante é evidente. Ajuizou ação informando que utilizaram de sua boa-fé para realizar contrato de empréstimo consignado, afirmando não ter recebido qualquer valor, tampouco realizado tal contrato.*

***Ocorre que todos os documentos juntados indicam e comprovam à saciedade que participou da celebração do contrato. Ademais, não há que se admitir ser o Apelante alegadamente desprovido de condições para analisar o documento, eis que não é incapaz ou interditado. Ao afirmar que o Banco ou pessoa por ele indicada estão indevidamente realizando empréstimos consignados, falseou a verdade diante da inexistência de qualquer evidência. Assim, o dever de expor os fatos em juízo de acordo com a verdade não foi obedecido, o que conduz à condenação por litigância de má-fé, tal qual constou da Sentença.***

*Aliás, os incisos do artigo 80, do Código de Processo Civil assim dispõe:*

[...]

*Ou seja, deve ser responsabilizado aquele que falta com a verdade nos autos. No caso específico, há vários anos os descontos são realizados no benefício previdenciário do Apelante, aliás, em consulta ao sistema SAJ verificou-se ter o Apelante realizado 16 contratos de empréstimos consignados e somente agora, na pretensão de obter vantagem indevida, distribuiu diversas ações para "rever" os contratos a fim de serem declarados inexistentes. Por agir de forma desleal ao distorcer os fatos, entendo que a condenação à litigância de má-fé deve ser mantida.*

*O judiciário está abarrotado de ações em que as partes ou uma delas, ainda que sabedores do resultado final, distribui demanda para mera tentativa de obter vantagem. Como o Apelante estava ciente da contratação realizada com o Banco, e agindo de forma a desvirtuar a realidade dos fatos, sua pretensão a declaração de inexistência de débito, a devolução das quantias descontadas de seu benefício e, ainda, a condenação do Apelado ao pagamento de indenização por danos morais é completamente destituída de fundamento (e-STJ, fls. 228/229, sem destaques no original).*

Da leitura dos trechos em destaque verifica-se que o Tribunal *a quo* considerou que o BANCO comprovou que o valor emprestado foi disponibilizado ao recorrente, indicando-se as folhas do processo em que constante o documento probatório (fls. 115/116).

Além disso, o Tribunal estadual valeu-se de outros elementos circunstanciais para diferenciar o presente caso de outros em que fraudes de natureza financeira foram perpetradas contra indígenas, idosos e/ou analfabetos.

Conforme o trecho destacado, o recorrente contratou 16 empréstimos consignados, sendo demandante em outras ações judiciais para rever esses contratos o que, segundo o Tribunal estadual, revela a atuação de má-fé.

Para alterar-se as conclusões do acórdão recorrido, no sentido de que houve o recebimento do valor do empréstimo e de que houve litigância de má-fé, indispensável seria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial a teor da Súmula nº 7 do STJ.

Com efeito, compete ao Superior Tribunal de Justiça atuar como guardião da lei federal, não sendo o seu papel funcionar como terceira instância revisora.

Em decorrência da aplicação da Súmula nº 7 desta Corte, também não é possível o conhecimento do recurso pela alínea *c* do permissivo constitucional, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do CPC/2015

c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

**MAJORO** em 5% o valor dos honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de MARCO, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observadas as disposições do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do CPC/2015, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator